



ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses
Volume 73

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE,
TRANSIÇÃO E MUDANÇA

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

73

Ano de Edição

2022

Ano Associativo AAP

2021

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Inscrição paleocristã, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (fotografia de José Paulo Ruas)

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud
- A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA**
- 9 Encontro Internacional: *A Península Ibérica entre os Séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança*.
Apresentação
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval
António Manuel S. P. Silva, Manuel Luís Real
- 37 Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais
Lídia Fernandes, Marco Calado, Carolina Grilo
- 47 Defensa de la muralla augustea de Emerita
Miguel Alba
- 67 Troia e a ocupação tardo-antiga no baixo vale do Sado
Ana Patrícia Magalhães
- 83 Da luz e das sombras. O caso da *villa* da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) e a desestruturação da paisagem rural antiga
André Carneiro
- 97 A cidade romana de Balsa – novas e velhas evidências do período final da cidade
João Pedro Bernardes, Vítor Silva Dias
- 107 Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia
Virgílio Lopes
- 121 O Castro S. João das Arribas. Novos dados para a longa história nas Arribas
Mónica Salgado, Pedro Pereira, Susana Cosme
- 131 A ocupação tardo-antiga e alto-medieval no concelho de Santa Comba Dão (Viseu)
Pedro Matos, Helena Catarino
- 143 *Olysipona*, entre o Império e o Islão
Jacinta Bugalhão
- 157 El paisaje humano del territorio emeritense entre los siglos V al X
Bruno Franco Moreno
- 169 O que nos dizem do século VIII (algumas fontes coevas)
João António Ferreira Marques
- 177 Campesinos del entorno de Toledo en época emiral temprana (inicios s. VIII a mediados s. IX d.C.)
Alfonso Vigil-Escalera Guirado
- 187 Poblamiento emiral en el Garb al-Andalus
Susana Gómez Martínez
- 207 A presença cristã antiga e os primeiros tempos islâmicos no Castelo de Silves
Rosa Varela Gomes
- 221 Continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material en Córdoba: siglos VII-X
Elena Salinas

- 235 Reflexiones sobre el mundo rural mozárabe. Materialidad, rituales y hábitos del poblado y cementerio de Tózar, Granada
Luca Mattei, Cristina Martínez Álvarez
- 245 Casa Branca, uma aldeia alto-medieval dos arredores de Évora
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Pinheiro Silva
- 265 Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica
Elena Salinas, Carmen Iñiguez, M^a. José Gonçalves, Susana Gómez

ARTIGOS

- 275 Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas
Filipa Neto, Cristina Barroso Cruz
- 285 Instrumentos Cirúrgicos Romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos-Mogadouro)
Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara, Sérgio Simões Pereira

COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

- 299 Apresentação – Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 303 Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior
Ana Margarida Ferreira
- 307 Tavares Proença Júnior e a Covilhã – um trabalho por acabar...
Carlos Manuel Dias Madaleno
- 315 Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho do Fundão. Inventários arqueológicos do Concelho do Fundão: de Francisco Tavares de Proença Júnior a 2016
Joana Bizarro
- 323 Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016
Sara Ferro
- 331 Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior
Elisabete Martins Robalo

RELATÓRIOS

- 341 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2021
José Morais Arnaud
- 347 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 353 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021. Plano de Actividades para o Ano 2022
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 355 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2021
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 359 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2021
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 361 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3^o milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2021
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

O CASTRO S. JOÃO DAS ARRIBAS. NOVOS DADOS PARA A LONGA HISTÓRIA NAS ARRIBAS

Mónica Salgado¹, Pedro Pereira², Susana Cosme³

¹ Arqueóloga ao serviço da Câmara Municipal de Miranda do Douro / monicasofiasalgado@gmail.com

² Arqueólogo. Investigador associado do Centro de Investigação Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT) / pedro.abrunhosa.pereira@gmail.com

³ Arqueóloga. Investigadora associada do Centro de Investigação Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT) / susanarodriguescosme@gmail.com

Resumo

O Castro S. João das Arribas localiza-se no concelho de Miranda do Douro, freguesia de Miranda do Douro, termo de Aldeia Nova, junto às Arribas do rio Douro. Este sítio arqueológico foi classificado como Monumento Nacional em 1910 (identificado como Castro de Aldeia Nova no Decreto de 16.06.1910). A ocupação deste povoado fortificado aparenta iniciar-se durante a I Idade do Ferro (entre os séculos VIII e V a. C.). Todavia poderia existir, uma presença antrópica anterior, uma vez que existe espólio proveniente deste sítio, datado da Idade do Bronze, no Museu Nacional de Arqueologia. Com as campanhas arqueológicas, realizadas entre 2016 e 2019, foi possível aferir novos dados cronológicos e caracterizar o espaço territorial de forma mais perene.

Palavras-chave: Alta Idade Média, Vale do Douro, Miranda do Douro, São João das Arribas.

Abstract

The Castro S. João das Arribas is located in the municipality of Miranda do Douro, parish of Miranda do Douro, term of Aldeia Nova, next to the cliffs of the Douro River. This archaeological site was classified as a National Monument in 1910 (identified as Castro de Aldeia Nova in the Decreto of 16.06.1910). The occupation of this fortified settlement appears to begin during the First Iron Age (from the 8th to the 5th century BC). However, there could be an earlier anthropic presence, as there is booty from this site, dating from the Bronze Age, at the National Archaeological Museum. With the archaeological campaigns, carried out between 2016 and 2019, it was possible to assess new chronological data and characterize the territorial space in a more perennial way.

Keywords: Early Middle Ages, Douro Valley, Miranda do Douro, São João das Arribas.

1. O CASTRO S. JOÃO DAS ARRIBAS. NOVOS DADOS PARA A LONGA HISTÓRIA NAS ARRIBAS

1.1. Breve introdução geográfica e de contexto

O concelho de Miranda do Douro insere-se na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no denominado Planalto Mirandês e a população que aqui habita é condicionada pela geografia desta região, a qual moldou a cultura, a sociedade e a economia das pessoas aqui estabelecidas.

A paisagem do Planalto Mirandês, que em termos administrativos engloba os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro, é caracterizada por uma certa uniformidade territorial, predominando os vales, que por vezes alternam com pequenos bosques de azinheiras, de pinheiros, carvalhos, entre outros. Esta paisagem só é interrompida a Oeste pelo vale do rio Sabor, a Noroeste pelos vales dos rios Angueira e Maças e a Este pelas arribas do Rio Douro, onde se localiza o Castro S. João das Arribas.

O relevo de Trás-os-Montes é caracterizado pelas grandes plataformas monótonas ou de suave ondulação, o clima é frio no inverno e quente e seco no verão, onde no Douro, o vale apertado e o xisto favorecem uma temperatura abrasadora, não penetrada pela aragem oceânica. *“Portugal recebe, em primeira mão, de encontro às suas montanhas do Norte, as chuvas fecundantes. Quando estas massas de ar, vindas do Atlântico carregadas de humidade, ultrapassam as montanhas, perderam por condensação boa parte do vapor de água que transportavam. Daí o contraste, muito forte, como se verá, entre a zona oceânica e as terras interiores, «trasmontanas», subtraídas à direta influência do mar”* (Ribeiro, 2011:67). Trata-se de uma zona com características decorrentes de uma influência mediterrânica. Disto é exemplo o manto vegetal presente, com domínio de espécies deste clima na fisionomia da paisagem, árvores e arbustos de folhas sempre verdes, como o Quercus- (sobreiro, azinheira, carrasco), o pinheiro manso, o medronheiro, o loureiro, a urze branca, o lentisco, a aroeira, o aderno, a gilbardeira, o rododendro, o loendro, a esteva; o grupo do alecrim, alfavaca, tomilhos; amendoeira, figueira, alfarrobeira, oliveira, laranjeira, ou o carvalho.

O castro S. João das Arribas é um local único, quer em termos paisagísticos, quer em termos histórico-arqueológico construídos. Francisco Sande Lemos (Lemos, 1993) e Domingos Marcos (Marcos, 1998) assinalam-no nas suas obras como local de importância histórica considerável no Nordeste peninsular. O acesso ao Castro S. João das Arribas faz-se por um estradão

em terra batida, desde Aldeia Nova. Situa-se em meio rural, implantado num esporão virado a Sudeste, a meia encosta, coberto de vegetação rasteira e árvores de pequeno porte (desde a carrasqueira, o freixo, o carvalho, a amendoeira, a oliveira, o tomilho até à escova), sobranceiro ao Rio Douro.

A classificação do Castro S. João das Arribas enquanto Monumento Nacional em 1910, resultou de um momento em que o nacionalismo, decorrente dos movimentos que estariam na génese das revoluções francesa e americana e a proteção cultural ganham uma maior relevância, onde a identidade e a memória iam assumindo uma maior importância. Segundo Françoise Choay (Choay, 2010), entre 1820 e 1960, consagra-se a tipologia de monumento histórico, devido aos avanços técnicos das ciências físicas e químicas, da Arqueologia e da História de Arte e à reflexão decorrente dos avanços gerados pelas novas tecnologias a vapor britânicas. A era industrial, o Romantismo e outros fatores contribuem para uma reformulação do conceito de monumento histórico e seus valores. Os valores de sensibilidade e conotação universal são abordados pela primeira vez. A Revolução Industrial acelera o processo legislativo de proteção do património. O monumento histórico integra mais valores: artístico, cognitivo, moral, pitoresco, informativo. A partir da década de 1820, é atribuído ao monumento histórico um caráter insubstituível, cuja perda seria irremediável, um valor *quasi* votivo, de memória, e passado observável como parte integrante da construção identitária do indivíduo. O monumento histórico é parte integrante de uma comunidade, assume valor universal. E, é neste contexto, que o Castro se assume como Monumento Nacional, importando compreender o porquê dessa classificação, motivos, interesses, intenções e memórias patentes na comunidade. E, assim, nasce o Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia, Castro S. João das Arribas: território e (i)materialidades.

1.2. Resenha histórica

O Castro S. João das Arribas é assim descrito no website dos monumentos nacionais:

“Povoado fortificado defendido por duas linhas de muralhas construídas com silhares graníticos, partidos, assentes em seco, em aparelho irregular; possuem uma espessura máxima de c. de 2,5 m, e defendem o povoado de N. a SO., flanco em que o povoado está ligado à encosta, não apresentando estruturas defensivas no sector SE., sendo estas constituídas pelas arribas, de forte pendor, sobre o Rio Douro. A muralha interna está reforçada, a NE. por um torreão de plan-

ta circular, apresentando, nesta zona, uma rampa de entrada. O sistema defensivo é complementado por uma linha defensiva, a SO., assim como poderá ter existido um fosso exterior, actualmente entulhado pelo caminho de acesso à capela.” (Jana, 1993; Rodrigues e Amaral, 2001).

No website do antigo IGESPAR, o local surgia assim referenciado:

“Foi na sequência dos esforços envidados pela Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes, primeiro, e da Comissão dos Monumentos Nacionaes e do Conselho Superior de Monumentos Nacionaes, suas criações, num segundo momento, que o “Castro de Aldeia Nova” foi identificado no âmbito de um largo processo de inventariação das, então, denominadas riquezas artísticas e archeológicas do país, da responsabilidade dos respectivos “sócios” e “vogais” correspondentes, numa altura em que se tomava plena consciência da sua relevância, não apenas para a sua perpetuação física, como para o desenvolvimento económico de cada região e localidade, através do incremento turístico, na sua vertente iminentemente cultural. E tal como sucedeu a muitos outros exemplares, quer desta tipologia patrimonial, quer de outros enquadrados nas restantes categorias Civil, Religiosa e Militar, este povoado mereceu a atenção devida dos especialistas da época, ao ser incluído na primeira grande lista de classificações decretada em 1910, a única forma que parecia garantir a sua preservação efectiva. Mas este episódio revelava de igual modo o lugar que os estudos arqueológicos iam paulatinamente auferindo entre nós, ainda que de modo assaz tardio e pontual, quando comparado ao principal cenário cultural europeu neste parâmetro. Localizado numa meia encosta de um esporão sobranceiro ao Rio Douro, o povoado foi erguido durante a Idade do Ferro, à semelhança do que sucede com os restantes exemplares inseridos no conceito generalizado de “cultura castreja” do Noroeste peninsular. E tal como ocorre nestes testemunhos, o sítio foi dotado de um sistema defensivo, essencialmente constituído, neste caso, por duas linhas de muralha construídas com silhares graníticos, irregularmente aparelhados e assentes em seco, ostentando uma espessura máxima de dois metros e meio, aproveitando, no entanto, as condições naturais de defesa presentes no local, nomeadamente através das arribas aí existentes. Além disso, o muralhado foi ainda reforçado com a edificação de um torreão de planta circular, junto ao qual foi identificada uma zona de acesso ao interior, originalmente efectuada

mediante uma rampa. Transpondo-a, acedia-se à zona habitacional, delimitada pela cinta interna de muralha. Também neste povoado emergem vestígios de uma segunda fase ocupacional, correspondente ao período de ocupação romana do actual território português, bem documentada na presença de inúmeros fragmentos de materiais de construção, como tegulae e imbrices, a atestar, no fundo, o carácter de longa permanência das estruturas então erigidas, ao mesmo tempo que a importância estratégica do local, não apenas em termos defensivos e, por conseguinte, administrativos, como, ainda, ao nível dos recursos cinegéticos, fortemente propiciados pela proximidade do rio Douro, uma das principais vias de comunicação com as regiões circunvizinhas e recurso privilegiado do quotidiano das gentes que o escolheram ao longo dos séculos, senão mesmo milénios. Uma situação que poderá ser mais facilmente compreendida com a descoberta, no sítio, de uma lápide datável do século I d. C., de carácter honorífico, dedicado a um militar de origem indígena, daemilio bal/aeso signifero a(l)ae as/binina(e) cogn/atío de cen(turia), a par de um número considerável de estelas funerárias romanas, onde os nomes autóctones evidenciam uma forte latinização. A importância factual e simbólica do local não se circunscreveu, porém, à romanização. Pelo contrário, ocorreu durante a modernidade (e não medievalidade, como acontece noutros casos), numa tentativa de (re)apropriação das memórias que o povoavam, ao mesmo tempo que de sobreposição dos novos poderes através da força espiritual do Cristianismo, uma das razões pelas quais se ergueu a Capela de S. João das Arribas, precisamente no interior do povoado, sobre plataforma artificial” (<http://www.igespar.pt>, consultado a 22 de janeiro de 2010).

Neste local, e nas áreas circundantes, foram identificados diversos vestígios arqueológicos: fragmentos de cerâmica de construção “tegula” e “imbrex”; epígrafes em granito, calcário e mármore, fragmentos de cerâmicas comuns de diversas épocas; um conjunto de estelas funerárias romanas, com cabeceira semi-circular, decoradas com suásticas ou com “portadas”, cuja inscrição evidencia a adoção, por parte dos indígenas, de nomes e cognomes latinos.

A lápide mais conhecida é a dedicada a Emílio Baleso, identificada na parede Oeste da Capela S. João das Arribas. Esta lápide honorífica é dedicada a um cavaleiro, indígena, da Ala Sabininia Aemilio Balaeso, sendo, provavelmente, uma lápide datável de finais do século I d.C.



Figura 1 – Lápide funerária. (ALVES, Francisco Manuel (2000) – Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal. Tomo IX, pp. 32.) Adaptada por Pedro Pereira.

A tradução seria, segundo Armando Redentor (Redentor, 2012-2013): “A *Emílio Baleso, porta-estandarte da ala Sabiniana. A cognatio dos Des(---) decidiu.*” No entanto, devemos questionar-nos: quem foi *Aemilius Balaesus*? Segundo este investigador, foi um porta-estandarte de uma unidade auxiliar de cavalaria (*Ala Primae Pannoniorum Sabiniana*) do exército romano, criada durante o reinado de Tibério (entre 14 e 37 d.C.), estacionada em Haltonchester, na Muralha de Adriano (*Britannia*) até à retirada de Roma e que servia ao lado da *Primae Hispanorum Asturum*. A ala esteve estacionada na *Germania* e *Mauritania* e pode ter passado pela *Hispania*. Quanto a *Emilio Baleso*, será que se encontra sepultado no seio da comunidade de onde seria originário?

Segundo fontes orais locais, assinalou-se o aparecimento de ossadas em terrenos agrícolas a Oeste do castro, assim como restos de uma calçada.

No que concerne à Capela de S. João das Arribas desconhece-se a data da sua fundação, mas a barreira cronológica situa-se entre o século XVI e princípios do século XVII. Esta capela foi edificada sobre uma plataforma artificial e segundo fontes orais da aldeia (Senhores Esmeraldino Fernandes e João Pedro Luís), existia um muro espesso entre a capela e o muro localizado a Este, erguido há cerca de 60 anos, reutilizando as pedras graníticas do castro e, uma das quais de grandes dimensões, com uma cova arredondada de grande dimensão, existindo a teoria entre a população local e outros investigadores que se debruçaram sobre o tema, de que a mesma poderia ter sido empregue em rituais. No website dos monumentos nacionais, a capela é assim descrita: “*Esta, dedicada a São João, tem planta longitudinal, de corpo único rectangular e massa simples com cobertura em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e caiadas. Fachada principal,*

virada a S., terminada em empena truncada por cruz latina sobre pedestal prismático, com portal de arco de volta perfeita. Fachada E. rasgada por pequeno janelo rectangular. Fachadas N. e O. Cegas” (Jana, 1993; Rodrigues e Amaral, 2001). O dia principal de comemoração litúrgica da Capela de S. João das Arribas, S. João Evangelista é o dia 6 de maio, mas se a data não coincidir com um Domingo, a festa realiza-se sempre no Domingo a seguir. Na segunda metade do século XIX, esta capela foi reconstruída, denotando-se no altar, a existência de frescos anteriores aos atuais. Os Documentos das Visitações, datáveis entre os anos 1687 a 1720, mencionam as ordens dadas pelos visitantes do Cabido para efetuarem obras na Capela de S. João das Arribas: fechadura da porta, portas, pintura do retábulo e capela. (Alves, 2000). Nas memórias paroquiais de 1758, o pároco descreve assim o local: “*Tem huma ermida de São João nas arribas do Douro, hum quarto de légua do lugar, no qual sítio se vem ainda vestígios de lá abitarem os Mouros. 14. Não acodem a ela romagem mais que no seu dia que hé a seis de Maio. 15. O fruto que se colhe em mais abundacia hé centeio.*” (Capela, 2007).

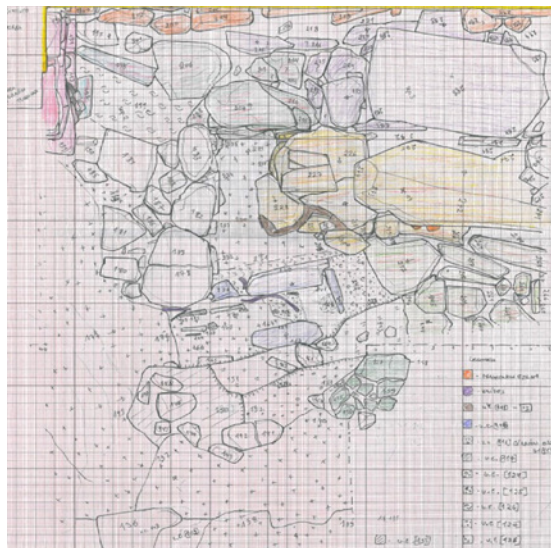


Figura 2 – Levantamento final da intervenção arqueológica realizada em 2010.

Em 2010, foi realizada uma sondagem arqueológica no interior da capela com o propósito de averiguar a existência de um piso antigo e salvaguardar quaisquer vestígios históricos-arqueológicos construídos, pois iam remover o piso atual e colocar um novo, sendo que este, teria posteriormente as mesmas características que o primitivo. Nesta sondagem arqueológica

foi possível aferir a existência de um piso antigo, piso inicial da capela; várias sepulturas construídas com recurso a lajes e pedras graníticas reutilizadas (muros pré-existentes); a vala de fundação da capela que talha as sepulturas medievais/modernas e duas paredes anteriores, também elas, cortadas pelas sepulturas. Estas duas paredes são as evidências mais antigas, encontradas neste castro, datável pelo menos de época alti-medieval, devido aos elementos cerâmicos associados (Salgado, 2010).

Segundo Hermínio Bernardo (Benito del Rey & alii, 2003: 455-468), e em resultado de uma investigação com colegas espanhóis, defendem a existência de um santuário no castro. Existem rochas com partes rebaixadas em esquadria, tipo escalão e que ambas as rochas (altares?) estão orientadas a poente. Associa a estas rochas, as covinhas circulares existentes em pedregalhos próximos a estas. Hermínio Bernardo coliga, também, a outra rocha uma gravura serpentiforme, que causa dúvidas quando à sua formação natural ou antrópica. No que concerne aos escalões nas duas rochas existe de fato uma intenção, um motivo, uma funcionalidade, que poderia ser o mero suporte de vigas para edifícios habitacionais ou, talvez mesmo um santuário. Tratam-se de hipóteses a considerar e a avaliar através da realização de estudos mais aprofundados.

Na área do castro, situa-se uma casa que serviu de esconderijo e refúgio para o contrabando realizado nos anos da ditadura salazarista na zona raiana assim, como os *chibiteros*, estruturas importantes para os pastores no que concerne à guarda das ovelhas prenhas e suas crias.

As estruturas defensivas visíveis encontram-se em propriedade privada e já foram causados alguns danos com a abertura de valas para implantação de árvores, devidamente interrompidas pela tutela do património cultural (Fontes orais: Senhores Esmeraldino Fernandes e João Pedro Luís).

Na área Sudeste, observa-se um palimpsesto de edificados desde a fase construtiva da muralha culminando no século passado com a construção de um muro de suporte de terras para implantação do caminho de acesso à Capela. Nesta zona existiria um fosso, que poderá, todavia, estar parcialmente conservado.

Em 2015, foi realizada por Javier Sánchez-Palencia e sua equipa Alejandro Beltrán Ortega, Damián Romero Perona, Juan Luis Pecharrómán Fuente, Inés Sastre Prats, uma sondagem mecânica inserida no Projeto MINERÍA Y CIVIDADES DEL NORESTE DE PORTUGAL realizado em 2014/2015 (MinCiNEP IV), estudo realizado por GI Estrutura Social y Territorio – Arqueolo-

gia del Paisaje, Instituto de Historia, CCHS del CSIC. O mesmo, tinha como princípio datar os socalcos e circunscrever as culturas existentes na área do Castro S. João das Arribas em determinados períodos temporais. Nesta sondagem mecânica procedeu-se ao registo dos cortes e à recolha de sedimentos das várias unidades estratigráficas identificadas. Posteriormente, estas amostras foram enviadas para laboratório e permitiram concluir que o cultivo daquela área iniciou, pelo menos, entre o século III d. C. e o século VI d. C. e posteriormente, desde o século XVI até à atualidade. As plantas identificadas entre os séculos III d. C. e VI d. C. são: *Quercus ilex/coccifera* (carrasco); *Leguminosae* (leguminosas); *Prunus sp.*; *Rosacea* e *Quercus subg. quercus*. A mesma equipa, recolheu amostras de cereal queimado, à superfície, no interior do castro. As barreiras cronológicas estabelecidas pelas datações Carbono 14 foram de 553-648 d.C. para *Triticum aestivum* e 538-645 d.C. para *Cf. Secale cereale*.

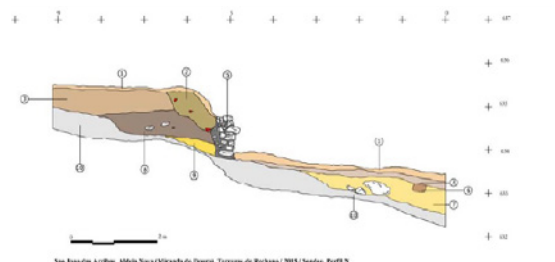


Fig. 38: Perfil norte del sondeo realizado en las terrazas de cultivo del castro de São João das Arribas

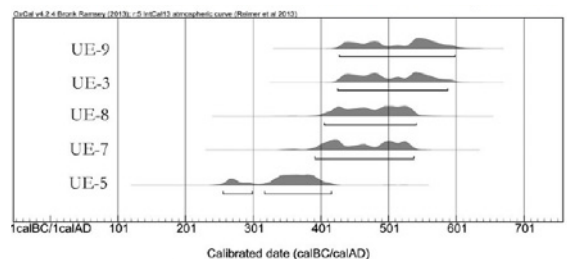


Fig. 41: Datações radiocarbónicas de las UE del sondeo realizado en las terrazas de cultivo del castro de São João das Arribas

Figura 3 – Perfil Norte da sondagem realizada nos socalcos de cultivo e datações radio-carbónicas das unidades estratigráficas identificadas. Adaptado Mónica Salgado.

1.3. Primeiros resultados do Projeto de Investigação

Desde o início do projeto, em 2016 até ao seu término, foram realizadas quatro campanhas de escavação e realizadas treze sondagens arqueológicas e alargamentos de algumas das mesmas.



Figura 4 – Implantação das oito Sondagens Arqueológicas realizadas até 2018. Adaptado por Mónica Salgado.

A sondagem 01 foi realizada junto a uma estrutura defensiva de forma triangular, sempre atribuída a uma ocupação pré-romana. Contudo, trata-se de uma estrutura defensiva de possível edificação no século V d. C. Esta estrutura presente na sondagem 01, (U.E. [106]), apresenta ainda duas pequenas aberturas de suporte de uma estrutura em madeira.



Figura 5 – Sondagem 01, levantamento final.

A Sondagem 02 permitiu exumar uma área de armazenamento de cereal da época alti-medieval. A realidade agrícola manteve-se nas três campanhas e foi possível exumar três recipientes com cereal, no seu interior.

As restantes estruturas identificadas (muros) permitem selar compartimentos, destacando-se um muro de provável época baixo-imperial, devido ao seu aparelho construtivo, em pedra regular e cujo meio de ligamento é uma argamassa alaranjada compacta. Os restantes muros são edificados com pedra mais irregular, deno-

tando um aparelho mais desorganizado e cujo meio de ligamento empregue é a terra. Foi possível aferir mais estruturas: pavimentos (rocha base granítica e argamassa com lajes de xisto), lareiras e estruturas em negativo.



Figura 6 – Sondagem 02, estrutura cuja funcionalidade seria o armazenamento de cereal e recipiente identificado, ao lado desta estrutura *in situ*, com cereal no seu interior.



Figura 7 – Sondagem 02, levantamento final.

Na sondagem 03, observou-se uma possível área de forja de metal, quer pela quantidade de escória e ferro exumado quer pelos rasgos praticados sobre o maciço granítico.

A lareira em "*laterae*" e pedra granítica de época romana tardia, localiza-se a nordeste da possível forja.

Os muros exumados permitem selar dois compartimentos, que interagem através de uma porta. As estruturas são datáveis entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

Nos níveis de escorrimento e junto à rocha base, surgem materiais mais antigos, que podem remeter para a Idade do Ferro e, inclusive, para a Idade do Bronze, contudo são apenas ressonâncias de fundo.



Figura 8 – Sondagem 03, possível forja.



Figura 10 – Sondagem 03, pormenor da lareira e porta de acesso entre os dois espaços.



Figura 9 – Sondagem 03, lareira em *laterae*.



Figura 11 – Sondagem 03, pormenor levantamento final.

Na sondagem 04, foram definidos níveis de derrube, os quais incluíam pedras graníticas trabalhadas (entre as quais um fragmento de coluna, revelando alguma monumentalidade no passado naquele local, e uma estela, em condição de reutilização), três muros, dois dos quais aparentam terem sido construídos no mesmo momento, e outro paralelo a um destes, delimitando uma calçada. Esta calçada poderá consistir num arruamento, com uma área de acesso a um compartimento, delimitado pelos dois muros identificados e que na área de ocupação apresenta um buraco de poste.

A Sondagem 05 permitiu identificar dois muros, bastante destruídos, devido ao uso do terreno para fins agrícolas. Nesta área, poderá existir restos de um pavimento. Proceder-se-á ao seu alargamento, numa fase posterior. Os muros datam, numa primeira análise, de época alti-medieval.

A sondagem 06, foi realizada com o intuito de identificar algum tipo estrutural que permitisse clarificar o talhe existente num dos afloramentos graníticos, defendidos como pertença a um santuário (Benito del



Figura 12 – Sondagem 04, levantamento final e fragmento de coluna exumado.

Rey & alii, 2003: 455 – 468). A potência estratigráfica é pouco expressiva e apenas, se identificou, a existência de dois degraus, um escavado na rocha e um outro construído com recurso a blocos pétreos e um fragmento de *tégula*, reutilizado, que permitiria o acesso a

aflorescimentos graníticos elevados. A utilização da *tégula* remete para um contexto de reutilização, provável da Alta Idade Média.

A Sondagem 07, localizada a Sudeste da Capela de S. João das Arribas, permitiu aferir várias estruturas: muros e restos de um pavimento. Os muros são de fraca construção, utilizando terra como material ligante e empregam elementos reutilizados. São edificações de época alti-medieva.



Figura 13 – Sondagem 07, levantamento final.

A sondagem 08 localizada extra-muros do que se supõe ser o habitat original, não permitiu aferir dados relevantes.

As sondagens arqueológicas realizadas na campanha de 2019, ainda em fase de estudo, foram implantadas na área de entrada do castro e junto a algumas estruturas defensivas visíveis. Foi possível verificar a construção de uma muralha (Muralha 1), de possível cronologia do século V (sondagem 09), um possível campo de pedras fincadas (sondagem 09), de época anterior a esta muralha 1 e uma monumental muralha (Muralha 2) (sondagem 11), com um alçado exterior escalonado, cuja espessura e cronologia não foi possível aferir com rigor, mas que poderá apontar, nesta fase inicial, para o mesmo período que a anterior.

Podemos definir cinco fases cronológicas do espaço de São João das Arribas: **Fase I** – a de depósitos naturais de sedimentos; **Fase II** – utilização agrícola do solo; **Fase III** – ocupação religiosa (Capela S. João das Arribas, século XVI a XVIII); **Fase IV** – abandono (séculos IX/X?); **Fase V** – a ocupação do espaço na Alta Idade Média (Séculos V a IX) e a **Fase V** – ocupação romana tardia (séculos III a V). É de salientar ainda ecos de ocupações anteriores presentes no registo arqueológico: materiais cerâmicos e pétreos, típicos da Época alti-imperial e Idade do Ferro e elementos que remetem para uma realidade da pré-História Recente, nomeadamente da Idade do Bronze e do Calcolítico.



Figura 14 – Muralhas identificadas nas sondagens 09 e 11.

Finalmente, o material cerâmico de importação revela um aspeto curioso durante o Baixo Império: um vigor comercial aparentemente extraordinário para esta zona do Douro. Ao longo das últimas campanhas foram descobertos fragmentos de sigillatas claras D, oriundas do Norte de África, materiais do Vale do Ebro e da Rioja e mesmo importações regionais, oriundas de Bracara Augusta e de Conímbriga. A presença destes materiais levanta ainda mais questões de como se terá organizado a ocupação humana neste local, aparentemente tão isolado.

O espólio cerâmico comum exumado no Castro S. João das Arribas ainda se encontra numa fase de estudo. As formas que foram possíveis detetar relacionam-se com o armazenamento de produtos (potes, potinhos e talhas) e com o seu consumo (taças e pratos).

Nos promontórios mais próximos do Castro foram ainda descobertas manchas de materiais, aparentemente da Alta Idade Média, que revelam uma ocupação mais extensa do que a que a historiografia tradicional sugere.

Assim, podemos colocar em debate a existência de um castro, nos termos em que a historiografia tradicional define esse tipo de assentamento. Não poderia o amuralhamento do espaço ser resultante do movi-



Figura 15 – Espólio cerâmico: tipologias de cerâmica fina e de armazenamento e imagens de espólio cerâmico e metálico exumado.

mento de encastelamento resultante da invasão sueva no século V da nossa Era? Ou mesmo, ser reocupado nos séculos III e IV, devido à expansão do povoamento, antes das invasões e acrescentarem, posteriormente, algumas estruturas defensivas?

Os resultados das várias campanhas realizadas no sítio vieram permitir a desconstrução de uma série de preconceitos históricos que, desde cedo, se atribuíram ao Castro de São João das Arribas, permitindo uma melhor compreensão deste sítio, das pessoas que nele habitaram e na história do planalto mirandês enquanto paisagem humana. Nesta perspetiva, há que procurar paralelos, tanto peninsulares como europeus.

Tal como este castro, o Castro El Castellón, (Sastre Blanco et alii, 2015), localizado em Santa Eulalia de Tábara (Zamora), o Castro de San Esteban, em Muelas del Pan e a própria cidade de Zamora apresentam ocupações alti-medievais. O Castro El Castellón estava classificado como um povoado fortificado datável da Idade do Ferro, mas as intervenções arqueológicas permitiram refutar esta perspetiva. Este castro domina visualmente um espaço considerável, explorando e controlando o rio Esla, muito próximo à Via de la Plata, ligação de Mérida (Emerita Augusta) a Astorga (Asturica Augusta), que apresenta um traçado paralelo à margem esquerda do rio. Após a realização das sondagens arqueológicas, foi possível estratificar a ocupação do povoado. Uma fase inicial caracteriza-se pela presença de pinturas esquemáticas, no Abrigo de El

Castillón, datáveis do Neolítico-Calcolítico. A fase seguinte e ténue é marcada pela Idade do Ferro, seguindo-se a fase de ocupação mais expansiva, que abarca várias sondagens, datáveis da ocupação tardo-antiga do espaço, entre os séculos V e VI da nossa Era. Os investigadores dividem este período em sub-fases de ocupação, mas definidas nesta barreira cronológica, a não ser a última sub-fase, datável da época Contemporânea (ruínas da Casa del Guardés).

Assim, tal como El Castellón, o Castro de São João das Arribas aparenta ser ocupado ou reocupado num período de instabilidade política e militar, de mudanças económicas e formas de viver, adaptando-se cada região ao seu ritmo e a diferentes transformações. Nestas regiões, para além das batalhas entre os povos locais também surgem novos povos, os Suevos e os Visigodos. O Noroeste Peninsular é ocupado pelos Suevos, formando um novo reino na antiga província romana da Gallecia, o reino suevo da Galicia, abarcando o território de Braga e a parte ocidental das Astúrias, Leão e Zamora. As fronteiras entre estes novos reinos ainda não se encontram bem definidas, existindo divergências entre os investigadores. Neste período, altera-se o modo de vida das populações: abandonam-se cidades, outras mantêm-se e constroem-se muralhas para as defender, adaptam-se edifícios públicos que já não se usam, como termas e edifícios de espetáculos, edifícios religiosos como igrejas e cemitérios, palácios ou batistérios, reocupam-se castros.

Surgem novas formas de ocupação do território, mais simples, caracterizando-se pela construção de cabanas de madeira e barro, que se expandem pelo Vale do Douro e outros territórios, são povoados fortificados (novos castros) localizados em lugares elevados, com fossos e muralhas, categoria que engloba o castro de São João das Arribas. Estes povoados são diferentes entre si, quer no seu tamanho, quer na monumentalidade das suas muralhas, quer no número de pessoas que os habitam e suas funcionalidades (controlo territorial e viário, ornamentação e poder...).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco Manuel (2000) - *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal.

BENITO DEL REY, Luís; BERNARDO, Hermínio; RODRÍGUEZ, Marciano Sánchez, (2004) – *Santuários Pré-Históricos de Miranda do Douro (Portugal) e no seu entorno Zamora e Salamanca (Espanha)*. Típalto – Tipografia do Planalto, Lda, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

CAPELA, José Viriato (2007) – *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Universidade do Minho. Braga.

CHOAY, Françoise (2010) – *Alegoria do Património*. Edições 70.

JANA, Ernesto (1993); RODRIGUES, Miguel e AMARAL, Paulo (2001) – “Castro de Aldeia Nova”. Área de Recursos Electrónicos, Pesquisa de Património Arquitectónico, Forte de Sacavém. [Consult. 20 jun. 2016]. Disponível em: DGMN (http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=545).

LEMOS, Francisco Sande, (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, dissert. de doutoramento, vol. Ila, Universidade do Minho, Braga, pp. 202-206. Policopiado.

MARCOS, Domingos Santos (1989) – *Catálogo dos monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês (Romanização)*. In Brigantia, Bragança, 18:1-2, pp. 2-111.

RIBEIRO, Orlando (1987) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5ª ed, Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa.

REDENTOR, Armando (2012-2013) – *Militares na Astúria Meridional: Os Testemunhos Epigráficos do Nordeste Transmontano*. In Brigantia. Vol. XXXII, pp. 51-66.

SANCHEZ-PALENCIA, Francisco Javier; BELTRÁN ORTEGA, Alejandro; ROMERO PERONA, Damián; PECHARROMÁN FUENTE, Juan Luis; SASTRE PRATS, Inés (2014, 2015) – *Projecto: MINERÍA Y CIVIDADES DEL NORESTE DE PORTUGAL (MinCiNEP IV)* Estudo realizado por GI Estrutura Social y Territorio – Arqueología del Paisaje, Instituto de Historia, CCHS del CSIC. Memoria de la campaña 2014-2015.


SALGADO, Mónica (2010) – “*Relatório de Escavação de São João das Arribas*”, apresentado à DGPC. Policopiado.

SALGADO, Mónica e PEREIRA, Pedro (2017) – “*Relatório da I Campanha de Escavação de São João das Arribas*”, apresentado à DGPC. Policopiado.

SALGADO, Mónica e PEREIRA, Pedro (2018a) – “*Relatório da II Campanha de Escavação de São João das Arribas*”, apresentado à DGPC. Policopiado.

SALGADO, Mónica e PEREIRA, Pedro (2019b) – “*Relatório da III Campanha de Escavação de São João das Arribas*”, apresentado à DGPC. Policopiado.

SASTRE BLANCO, Jose Carlos, FUENTES MELGAR, Patricia, RODRIGUEZ MONTEERRUBIO, Óscar y VÁSQUEZ FADÓN, Manuel (coord.) (2015) – *El yacimiento arqueológico de El Castellón (Santa Eulalia de Tábara, Zamora) Un enclave tardoantigo a orillas del Esla*. Ed. Arbotante Patrimonio e Innovación, S.L., Glyphos Publicaciones.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2022

www.arqueologos.pt